



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

PROGEPE – PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
CPTA – COORDENAÇÃO DE PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO
PROGRAD – PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
COSEAC – COORDENAÇÃO DE SELEÇÃO ACADÊMICA



CONCURSO PÚBLICO PARA TÉCNICO-ADMINISTRATIVO Edital nº 190/2022

Cargo:	Técnico em Assuntos Educacionais	Nível	Código
		E	129

CADERNO DE QUESTÕES

Instruções ao candidato – parte integrante do Edital – subitem 21.2

1. Verifique se recebeu o **Caderno de Questões**, o **Cartão de Respostas** e a **Folha de Redação**.
2. Confira se o **Caderno de Questões recebido** é referente ao cargo ao qual está concorrendo. Confira também se constam deste **Caderno**, de forma legível, 55 (cinquenta e cinco) questões objetivas e a proposta de **Redação**, caso contrário notifique imediatamente ao Fiscal. Será eliminado do Concurso o candidato que realizar prova para um cargo diferente do qual concorre.
3. Confira se seus dados constantes no **Cartão de Respostas** e na **Folha de Redação**, estão corretos, caso contrário notifique imediatamente ao Fiscal. Leia atentamente as instruções neles contidas.
4. Cada questão objetiva proposta apresenta 5 (cinco) opções de respostas, sendo apenas uma correta.
5. No **Cartão de Respostas**, para cada questão, assinale apenas uma opção, pois atribuir-se-á pontuação zero a toda questão sem opção assinalada ou com mais de uma opção assinalada, ainda que dentre elas se encontre a correta.
6. Sob pena de eliminação do Concurso, não faça qualquer registro na **Folha de Redação**, que possa identificá-lo. Da mesma forma não é permitido fazer uso de instrumentos auxiliares para cálculos e desenhos; portar qualquer dispositivo eletrônico, que sirva de consulta ou de comunicação.
7. O tempo para realização da Prova Objetiva e da Redação é de no mínimo **1h30min (uma hora e trinta minutos)** e de no máximo **4h30min (quatro horas e trinta minutos)**. Os candidatos poderão levar o **Caderno de Questões**, faltando 1(uma) hora para o término da prova.
8. Para preencher o **Cartão de Respostas** e a **Folha de Redação**, use apenas caneta esferográfica de corpo transparente e de ponta média com tinta azul ou preta.
9. Ao término da prova, entregue ao Fiscal a **Folha de Redação** e o **Cartão de Respostas** assinado e com a frase constante desta capa transcrita no Campo apropriado. A não entrega do **Cartão de Respostas** e da **Folha de Redação**, implicará na sua eliminação do Concurso.
10. O Gabarito Preliminar será divulgado no dia **30 de abril de 2023**, a partir das 16 horas no endereço eletrônico do Concurso.

FRASE A SER TRANSCRITA PARA O CARTÃO DE RESPOSTAS NO QUADRO
“EXAME GRAFOTÉCNICO”

Faça o máximo de si mesmo ... porque isso é tudo o que você é.
Ralph Waldo Emerson

Parte I: Língua Portuguesa

Texto 1

Professora e linguista com 70 anos no serviço público vê equívoco em termo 'linguagem neutra'

Maria Helena de Moura Neves, 91, atua como docente da pós-graduação em linguística e língua portuguesa na Unesp e defende linguagem inclusiva

Emerson Vicente

Desde que pisou em uma sala de aula como professora, há mais de sete décadas, a paulista Maria Helena de Moura Neves, 91 anos recém-completados, viu que era ali a sua segunda casa. E nunca mais parou. Até hoje exerce a função de ensinar. Também segue atualizada em debates em torno da língua portuguesa, como no do uso da linguagem neutra, que entende não ser o termo apropriado, apesar de "louvável".

10 "Considero um equívoco o uso desse termo 'linguagem neutra' para a proposta que ele representa. Na verdade, esse movimento visa a inclusão social, sem discriminações, de todos os grupos da sociedade, tratando-se, pois, da proposta de 15 uma 'linguagem inclusiva', ou 'língua inclusiva', o que é extremamente louvável", diz Maria Helena.

"Quando alguém usa, nas suas produções linguísticas, orais ou escritas, as marcas linguísticas que têm sido propostas com essa finalidade, ele está exercendo um 20 papel social, marcado e importante, de condenação das discriminações", diz a decana.

"Entretanto, não se pode supor que, em um determinado momento da vida da sociedade, algum falante de uma língua, ou algum contingente de 25 falantes, impelido pela motivação de uma conduta desejável, terá sucesso propondo uma alteração do 'sistema' da língua."

Segundo a professora, toda e qualquer língua se rege por um sistema, dentro do qual seus falantes 30 constroem linguagem naturalmente, sem necessidade de nenhum aprendizado.

"Se recuperarmos historicamente as alterações de sistemas linguísticos, até com extinção de línguas e com criação de novas línguas, veremos que as 35 mudanças, em cada sistema, fizeram-se a partir do uso natural da língua por uma comunidade."

Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2022/03/professora-e-linguista-com-70-anos-no-servico-publico-ve-equivoco-em-termo-linguagem-neutra.shtml> Acesso em 27 dez. 2022. Adaptado.

01 Maria Helena de Moura Neves, falecida recentemente, é considerada uma das maiores estudiosas da língua portuguesa. No texto 1, a respeito da "linguagem neutra" ("todes", "prezadx", "amig@" etc.), ela defende que

- (A) o objetivo da "linguagem neutra" é discriminar um grupo social.
- (B) "linguagem inclusiva" é uma expressão mais adequada.
- (C) a expressão "linguagem neutra" serve para indicar palavras de outra língua.
- (D) esse tipo de linguagem atrapalha o sistema linguístico.
- (E) o uso da "linguagem neutra" é um equívoco de certos grupos.

02 A palavra sublinhada, na frase transcrita, está **corretamente** interpretada pelo termo entre colchetes em:

- (A) Quando alguém usa, nas suas produções linguísticas, orais ou escritas, as marcas linguísticas que têm sido propostas com essa finalidade, ele está exercendo um papel social, marcado e importante, de condenação das discriminações, diz a decana. (Linhas 17-21) [SEPTUAGENÁRIA]
- (B) Entretanto, não se pode supor que, em um determinado momento da vida da sociedade, algum falante de uma língua, ou algum contingente de falantes (...) terá sucesso propondo uma alteração do 'sistema' da língua. (Linhas 22-27) [CONTINGENCIAMENTO]
- (C) Entretanto, não se pode supor que, em um determinado momento da vida da sociedade, algum falante de uma língua (...), impelido pela motivação de uma conduta desejável, terá sucesso propondo uma alteração do 'sistema' da língua. (Linhas 22-27) [IMPEDIDO]
- (D) Se recuperarmos historicamente as alterações de sistemas linguísticos, até com extinção de línguas e com criação de novas línguas, veremos que as mudanças (...) fizeram-se a partir do uso natural da língua por uma comunidade (Linhas 32-36) [DESAPARECIMENTO]
- (E) (...) veremos que as mudanças, em cada sistema, fizeram-se a partir do uso natural da língua por uma comunidade. (Linhas 34-36) [FORMAL]

Considere o trecho abaixo para responder às questões **03**, **04** e **05**:

Também segue atualizada em debates em torno da língua portuguesa, como no do uso da linguagem neutra, que entende não ser o termo apropriado, apesar de "louvável". (Linhas 5-9)

03 O termo sublinhado em *Também segue atualizada em debates em torno da língua portuguesa* funciona como

- (A) verbo principal da locução, pois carrega o sentido mais importante.
- (B) complemento verbal, porque completa o sentido do verbo "seguir".
- (C) adjunto adnominal, visto que concorda com o sujeito.
- (D) adjunto adverbial, na medida em que indica o modo como a ação de "seguir" ocorre.
- (E) predicativo do sujeito, já que adjetiva o sujeito.

04 O emprego das aspas em *apesar de "louvável"* funciona para indicar

- (A) citação
- (B) paráfrase
- (C) ironia
- (D) interrupção
- (E) relatividade

05 "Apesar de" em *apesar de "louvável"* pode ser substituído, sem prejuízo do sentido que apresenta no texto, por

- (A) *embora* louvável
- (B) *portanto* louvável
- (C) *somente* louvável
- (D) *haja vista* louvável
- (E) *por conseguinte* louvável

06 O vocábulo sublinhado em *Considero um equívoco o uso desse termo 'linguagem neutra'* (Linhas 10-11) foi formado por

- (A) conversão
- (B) parassíntese
- (C) abreviação
- (D) derivação regressiva
- (E) composição por aglutinação

07 O termo sublinhado em *...o que é extremamente louvável* (Linhas 15-16) é

- (A) um hiperônimo de "imensamente".
- (B) uma hipérbole de "muito".
- (C) uma metáfora de "bastante".
- (D) um superlativo de "extremo".
- (E) um sinônimo de "muitíssimo".

08 O mecanismo de coesão referencial o *qual*, extraído do trecho *... dentro do qual seus falantes constroem linguagem naturalmente...* (Linhas 29-30), remete, no texto, ao termo

- (A) sistema
- (B) sucesso
- (C) contingente
- (D) aprendizado
- (E) momento da vida

09 "Quando alguém usa, nas suas produções linguísticas, orais ou escritas, as marcas linguísticas que têm sido propostas com essa finalidade, ele está exercendo um papel social, marcado e importante, de condenação das discriminações", diz a decana (Linhas 17-21). Nesse parágrafo, a alusão feita ao uso de determinadas marcas linguísticas, em produções orais ou escritas, corresponde ao emprego do seguinte recurso argumentativo:

- (A) definição
- (B) contraste
- (C) exemplificação
- (D) comparação
- (E) enumeração

10 Em *... a paulista Maria Helena de Moura Neves, 91 anos recém-completados, viu que era ali a sua segunda casa* (Linhas 2-4), o termo sublinhado pertence, do ponto de vista da abordagem normativa, à mesma classe gramatical da palavra destacada em

- (A) "... como o uso da linguagem neutra, **que** entende não ser o termo apropriado..." (Linhas 7-8)
- (B) "Considero um equívoco o uso desse termo 'linguagem neutra' para a proposta **que** ele representa." (Linhas 10-12)
- (C) "... o **que** é extremamente louvável", diz Maria Helena." (Linhas 15-16)
- (D) "Quando alguém usa, nas suas produções linguísticas, as marcas linguísticas **que** têm sido propostas..." (Linhas 17-19)
- (E) "Entretanto, não se pode supor **que** (...) algum falante de uma língua (...) terá sucesso..." (Linhas 22-26)

Parte II: Noções de Administração Pública

11 Existem diversas correntes do pensamento filosófico que classificam a Ética. A vertente da ética empírica, nomeada ética subjetivista, coloca o indivíduo como fonte da conduta moral, podendo ser exemplificada pela seguinte frase:

- (A) Só sei que nada sei.
- (B) Só sei que tudo sei.
- (C) O homem é a medida de todas as coisas.
- (D) O homem é mortal por seus temores e imortal por seus desejos.
- (E) Despreza as estradas largas, segue os carreiros.

12 Para entregar um atendimento de excelência, os servidores públicos da Administração devem agir pautados na ética, dispensando igualdade de tratamento aos administrados que se encontrem em idêntica situação jurídica. De outro lado, a Administração deve voltar-se exclusivamente para o interesse público, e não para o privado, vedando-se, em consequência, sejam favorecidos alguns indivíduos em detrimento de outros e prejudicados alguns para favorecimento de outros. O princípio administrativo que melhor define essa característica da Administração é o princípio da

- (A) autotutela.
- (B) publicidade.
- (C) impessoalidade.
- (D) segurança jurídica.
- (E) continuidade dos serviços públicos.

13 Observe as assertivas abaixo, extraídas do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Anexo do Decreto nº 1.171/1994).

- I A moralidade da Administração Pública não se limita à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da ideia de que o fim é sempre o bem comum. O equilíbrio entre a legalidade e a finalidade, na conduta do servidor público, é que poderá consolidar a moralidade do ato administrativo.
- II A remuneração do servidor público é custeada pelos tributos pagos direta ou indiretamente por todos, até por ele próprio, e por isso se exige, como contrapartida, que a moralidade administrativa se integre no Direito, como elemento indissociável de sua aplicação e de sua finalidade, erigindo-se, como consequência, em fator de legalidade.

III O trabalho desenvolvido pelo servidor público perante a comunidade deve ser entendido como acréscimo ao seu próprio bem-estar, já que, como cidadão, integrante da sociedade, o êxito desse trabalho pode ser considerado como seu maior patrimônio.

IV É vedado ao servidor público o uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem.

Configuram Regras Deontológicas previstas expressamente no referido Código, apenas:

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) I, II e III.
- (D) I, III e IV.
- (E) II, III e IV.

14 Considerando as regras para o servidor público, previstas na Constituição Federal, é correto afirmar que

- (A) o servidor público estável perderá o cargo em virtude de sentença judicial da qual ainda caiba recurso.
- (B) o servidor público estável perderá o cargo mediante processo administrativo em que não lhe seja garantido o direito de ampla defesa.
- (C) o servidor público que praticar crime será exonerado a bem do serviço público.
- (D) de acordo com a nova emenda constitucional o servidor público não possui mais estabilidade no serviço.
- (E) são estáveis após 3 (três) anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

15 Sobre as funções de confiança, é correto afirmar, com base na Constituição Federal, que elas

- (A) são exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo.
- (B) são exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo em comissão.
- (C) são idênticas aos cargos em comissão.
- (D) não se destinam às atribuições de chefia.
- (E) não se destinam às atribuições de assessoramento.

16 Com fundamento na Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92), o agente público que recebe para si diretamente R\$10.000 (dez mil reais) em dinheiro, a título de comissão, de pessoa que tem interesse direto que pode ser atingido por ação decorrente das atribuições do agente público

- (A) não pratica ato de improbidade administrativa.
- (B) pratica ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.
- (C) pratica ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.
- (D) pratica ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública.
- (E) pratica ato de improbidade administrativa decorrente de concessão indevida de benefício tributário.

17 Acerca dos crimes contra a Administração Pública, praticados por funcionário público, é correto afirmar que

- (A) estes crimes não estão previstos no Código Penal.
- (B) estes crimes só podem ser praticados na forma dolosa, isto é, não existe crime culposo contra a Administração Pública, praticado por funcionário público.
- (C) prevaricação não é um crime contra a Administração Pública, praticado por funcionário público.
- (D) corrupção passiva é um crime contra a Administração Pública, praticado por funcionário público.
- (E) furto qualificado é um crime contra a Administração Pública, praticado por funcionário público.

18 Segundo dispõe o Estatuto do Servidor Público Federal (Lei 8.112/90), a investidura em cargo público ocorrerá com a(o):

- (A) aprovação no concurso público.
- (B) promoção.
- (C) nomeação.
- (D) exercício.
- (E) posse.

19 Sobre a Lei de acesso à informação (Lei 12.527/2011), é correto afirmar que, **EXCETO**:

- (A) a publicidade é a regra e o sigilo, a exceção.
- (B) é diretriz da lei a divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações.
- (C) será fraqueado acesso à informação mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.
- (D) a negativa de acesso às informações objeto de pedido formulado aos órgãos e entidades públicas deve ser fundamentada, sob pena de responsabilidade disciplinar.
- (E) o acesso à informação de que trata a lei não compreende o direito de obter orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, nem sobre o local onde poderá ser obtida a informação desejada.

20 Considere o processo administrativo no âmbito federal, regulado pela Lei 9.784/99.

Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, a própria Administração poderá, com relação aos atos que apresentarem defeitos sanáveis:

- (A) multiplicá-los
- (B) revogá-los
- (C) promovê-los
- (D) convalidá-los
- (E) anulá-los

Parte III: Conhecimentos Específicos

21 As Universidades e Centros Universitários possuem autonomia para abertura de curso em seu município sede. Entretanto, de acordo com o Decreto 9235/2017, não estão dentro desta autonomia, necessitando de prévia autorização do MEC e ouvidos os respectivos conselhos, os cursos de:

- (A) Direito, Medicina, Odontologia, Enfermagem e Psicologia.
- (B) Direito, Medicina, Nutrição, Educação Física e Odontologia.
- (C) Medicina, Psicologia, Nutrição, Enfermagem e Odontologia.
- (D) Medicina Veterinária, Medicina, Nutrição, Educação Física e Odontologia.
- (E) Direito, Psicologia, Nutrição, Medicina Veterinária e Enfermagem.

22 Quando da obtenção de conceitos insatisfatórios, tanto no conjunto, como em cada uma das dimensões do relatório de avaliação externa *in loco* realizada pelo INEP, as medidas a serem tomadas são:

- I Celebração de Protocolo de Compromisso.
- II Instauração de Processo Administrativo.
- III Suspensão de oferta de vagas no vestibular.

Das afirmativas acima, apenas:

- (A) I está correta.
- (B) II está correta.
- (C) III está correta.
- (D) II e III estão corretas.
- (E) I e III estão corretas.

23 De acordo com o Decreto nº 9235/2017, o Conselho Nacional de Educação, exerce as seguintes atribuições:

- (A) Normativas, deliberativas e de consultoria.
- (B) Normativas, deliberativas e de supervisão.
- (C) Normativas, deliberativas e de assessoramento.
- (D) Normativas, deliberativas e de regulação.
- (E) Normativas, deliberativas e de acompanhamento.

24 De acordo com a resolução CONAES nº 1 de 17 de julho de 2010, o NDE deve ser constituído no mínimo por:

- (A) 5 professores do curso, sendo 60% dos seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*, todos em regime de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% em regime de tempo integral.

- (B) 5 professores do curso especialistas, mestres e doutores, com regime de trabalho parcial ou integral, sendo 30% destes com regime de trabalho integral.

- (C) 6 professores do curso, mestres e doutores, com regime de trabalho parcial ou integral, sendo 20% destes com regime de trabalho integral.

- (D) 6 professores do curso com 60% dos seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*, todos os membros em regime de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% em tempo integral.

- (E) 6 professores do curso com doutorado obtidos em programas de pós-graduação *stricto sensu* com regime de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% em regime de tempo parcial.

25 A certificação de qualificação profissional correspondente a unidade curricular, etapa ou módulo concluído pelo estudante e o aproveitamento de estudos e competências anteriormente adquiridas estão determinados nas Diretrizes Nacionais para a Organização e Funcionamento dos cursos superiores de:

- (A) bacharelado
- (B) licenciatura
- (C) tecnologia
- (D) sequenciais
- (E) bacharelado interdisciplinar

26 De acordo com a Resolução CNE/CES nº 2 /2007, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelado, estabelece que o grupo com carga horária mínima de 2.700 horas, deve ter um limite mínimo para integralização de

- (A) 3 anos ou 4 anos.
- (B) 3 anos e meio ou 4 anos.
- (C) 3 anos ou 3 anos e meio.
- (D) 4 anos ou 5 anos.
- (E) 4 anos e meio ou 5 anos.

27 O SINAES, a fim de cumprir seus objetivos e atender as suas finalidades constitucionais e legais, compreende os seguintes processos de avaliação:

- I avaliação interna das IES.
- II avaliação externa *in loco* das IES, realizadas pelo Inep.
- III avaliação dos cursos de graduação.
- IV avaliação do desempenho acadêmico dos estudantes de cursos de graduação por meio do Enade.

V avaliação das ações desenvolvidas pela CPA junto aos cursos de graduação das IES.

Está correto o que se afirma, apenas, em:

- (A) I, II e V.
- (B) II, IV e V.
- (C) I, III e V.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) I, II, III e V.

28 Avalie se são verdadeiras (V) ou falsas (F) as afirmativas que se seguem sobre a Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema de Avaliação do Ensino Superior – SINAES.

- () o Enade será aplicado periodicamente aos alunos de todos os cursos de graduação ao final do primeiro e do último ano de curso.
- () o Enade é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, sendo inscrito no histórico escolar do estudante somente a sua situação regular com relação a essa obrigação.
- () a periodicidade máxima de aplicação do Enade aos estudantes de cada curso de graduação será quadrienal.
- () na divulgação dos resultados da avaliação do Enade é vedada a identificação nominal do resultado individual obtido pelo aluno examinado, que será a ele exclusivamente fornecido em documento específico emitido pelo Inep.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- (A) V, V, V, V.
- (B) F, F, V, V.
- (C) F, V, F, V.
- (D) V, V, F, V.
- (E) V, F, F, V.

29 Considerando o determinado na Lei nº 10.861/2004 (SINAES), quanto à Comissão Própria de Avaliação – CPA, esta deve:

- I estar constituída em toda as Instituições de Ensino Superior.
- II ser parte integrante da Reitoria da IES.
- III privilegiar a maioria absoluta de um dos segmentos que a compõe.
- IV assegurar a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada.
- V atuar de forma autônoma em relação a conselhos e demais órgão colegiados existentes na IES.

Das afirmativas acima, estão corretas, apenas:

- (A) I, II, III e IV.
- (B) II, III, IV e V.
- (C) I, IV e V.
- (D) II, III e V.
- (E) III e V.

30 Em relação às atribuições das Universidades, determinadas na LDBEN nº 9394/96, avalie se são verdadeiras (V) ou falsas (F) as seguintes afirmações:

- () fixar os currículos de seus cursos e programas observadas as diretrizes gerais pertinentes.
- () estabelecer planos , programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão.
- () fixar o número de vagas independentemente das demandas oriundas do meio aonde estão inseridas.
- () aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes às obras, serviços e aquisições em geral.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- (A) V, V, V, V.
- (B) V, V, F, V.
- (C) F, F, V, V.
- (D) F, V, F, V.
- (E) V, F, F, V.

31 A Constituição Federal de 1988, prevê no artigo 214, estabelecer o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino nos seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas.

Assim, o PNE com vigência 2014 – 2024, determina para o ensino superior público, dentre outras, as seguintes metas:

- I Elevar a taxa bruta de matrícula no ensino superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas do segmento público.
- II Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício para 75%, sendo mínimo 35% de doutores.
- III Assegurar que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior obtida em cursos de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

IV Valorizar os profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar o seu rendimento médio aos demais profissionais com escolaridade equivalente até o 6 ano de vigência deste PNE.

Das afirmativas acima, estão corretas, apenas:

- (A) II e IV.
- (B) III e IV.
- (C) II e III.
- (D) I e III.
- (E) I e II.

32 A Lei nº 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), considera pessoa com deficiência aquela que tem impedimento

- (A) permanente ou temporário, de movimentação com redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, incluindo idoso, gestante, lactante e obeso.
- (B) de longo prazo de natureza comportamental, sensorial e cognitiva, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- (C) de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- (D) temporário de natureza física e mental, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- (E) de longo prazo de ordem visual, auditiva e motora, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

33 Na Lei nº 13.146/2015, no Capítulo IV, Do Direito à Educação, o artigo 27, estabelece que:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

Para atender ao dispositivo legal acima, é necessário que:

- I os sistemas educacionais sejam aprimorados, visando garantir acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena.
- II as práticas educacionais enfatizem os pontos negativos do desenvolvimento de pessoas com deficiência, a fim de possibilitar a sua integração no meio ambiente.
- III os serviços educacionais especializados ocorram próximos ao domicílio da pessoa com deficiência, garantindo sua integração ao meio em que está inserida.
- IV as medidas educacionais compensem perda ou limitação funcional, buscando o desenvolvimento de competência e habilidades necessárias à sua inserção no mundo do trabalho.

Das afirmativas acima, estão corretas, apenas

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) I e IV.
- (E) II e IV.

34 O Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. À luz deste referido decreto, analise as afirmativas abaixo:

- I A disciplina Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- II A disciplina Libras constituir-se-á como disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional.
- III A formação de docentes para o ensino de Libras nas séries finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior deve ser realizada em nível superior, em curso de graduação de licenciatura plena em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua.
- IV O ensino da modalidade escrita da Língua Portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas, deve ser incluído como disciplina curricular nos cursos de formação de professores em todos os níveis.
- V A obrigatoriedade da presença do tradutor, intérprete de Libras - Língua Portuguesa legalmente deverá ser oferecida em instituições públicas do sistema de ensino.

Das afirmativas acima, estão corretas, apenas

- (A) I, II, III e V.
- (B) II, III, IV e V.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) I, III, IV e V.
- (E) I, II, IV e V.

35 A Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004 institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a serem observadas pelas Instituições de ensino.

Analise as afirmativas a seguir, de acordo com os pressupostos contidos na legislação:

- I Os temas relativos ao ensino das relações étnico-raciais objetivam a divulgação e a produção de conhecimentos, bem como a adoção de atitudes e valores que respeitem a pluralidade étnico-racial, garantindo o respeito aos direitos legais e valorização de identidade.

- II O Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem por objetivo o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias, asiáticas.
- III Os conteúdos, competências, atitudes e valores sobre a Educação das Relações Étnico-raciais e o estudo de História e Cultura Afro-Brasileira e História e Cultura Africana devem ser trabalhados de forma complementar aos componentes curriculares.

Das afirmativas acima, apenas

- (A) I está correta.
- (B) II está correta.
- (C) I e II estão corretas.
- (D) II e III estão corretas.
- (E) III está correta.

36 A Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004 que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africanas constituem-se de orientações, princípios e fundamentos para o planejamento, execução e avaliação da Educação, e têm por meta, promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de nação democrática.

Em relação aos aspectos positivos trazidos pela referida Resolução, analise as afirmativas que se seguem:

- I O papel do Estado mudou, abandonando um posicionamento neutro ao reconhecer a sua responsabilidade de intervenção na superação das desigualdades raciais.
- II Os currículos dos cursos de graduação devem extrapolar a história factual, incluindo, para esta temática, análise e discussão referentes as dimensões econômica, social e cultural necessárias à formação dos estudantes.
- III A temática que trata a referida resolução deve ser apresentada nos projetos pedagógicos dos cursos superiores em caráter optativo, permitindo a IES autonomia para adotar uma educação voltada para uma sociedade multicultural e pluriétnica.

IV Os Projetos pedagógicos dos cursos passam a demandar atividades interdisciplinares entre os componentes curriculares que compõem a matriz curricular dos cursos, fomentando a reflexão sobre as relações étnico-raciais.

Das afirmativas acima, estão corretas, apenas

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) I, III e IV.
- (D) I, II e IV.
- (E) II, III e IV.

37 “A Educação em Direitos Humanos, um dos eixos fundamentais do direito à educação, refere-se ao uso de concepções e práticas educativas fundadas nos Direitos Humanos e em seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas”.

(Resolução CNE/CP Nº 1, de 30 de maio de 2012, art.2º).

Dentre os princípios nos quais a Educação em Direitos Humanos se fundamenta estão:

- (A) Dignidade humana, laicidade do Estado e a igualdade de direitos, democracia na educação.
- (B) Diversidade, alteridade, dignidade humana e sustentabilidade socioambiental.
- (C) Laicidade do Estado, empatia, alteridade e sustentabilidade socioambiental.
- (D) Alteridade, igualdade de direitos, diversidade e laicidade do Estado.
- (E) Empatia, igualdade de direitos, diversidade e dignidade humana.

38 O artigo 4º da Resolução CNE/CP nº 1/2012 afirma que a Educação em Direitos Humanos como processo sistemático e multidimensional, orientador da formação integral dos sujeitos de direitos, articula-se às seguintes dimensões:

- I apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local.
- II formação de uma consciência cidadã sem a consideração dos níveis cognitivo, social, cultural e político.
- III desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando diferentes linguagens e materiais.

Das afirmativas acima, apenas

- (A) I está correta.
- (B) II está correta.
- (C) III está correta.

- (D) I e II estão corretas.
- (E) I e III estão corretas.

39 Em relação às diretrizes e princípios determinados nas Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira (Resolução CNE/CES nº 7 de 18/12/2018), avalie se são verdadeiras (V) ou falsas (F) as afirmativas a seguir:

- () A extensão promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento.
- () Os currículos dos cursos de graduação das universidades brasileiras devem destinar, no mínimo, 20% da sua carga horária para atividades de extensão.
- () As atividades de extensão devem constar da matriz curricular dos cursos de graduação e dos superiores de tecnologia.
- () Nos projetos pedagógicos dos cursos superiores na modalidade a distância, as atividades de extensão devem ser previstas e realizadas online.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- (A) V, V, F e F.
- (B) F, V, F e V.
- (C) F, F, V e V.
- (D) V, F, V e F.
- (E) V, V, F e V.

40 O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de graduação de enfermagem de uma IES, no seu processo de reorganização curricular, propôs a criação de uma disciplina com caráter extensionista, com carga horária de 60h, afim de atender às diretrizes emanadas da Resolução CNE/CES nº 7 de 18/12/2018. Entretanto, a proposta não foi aprovada pelo Colegiado de Curso, porque:

- (A) não considerou o percentual de carga horária que deve ser destinado às atividades de extensão, bem como aos princípios e fundamentos determinados na resolução em pauta.
- (B) as Diretrizes de Extensão determinam como os cursos devem distribuir sua carga horária para as atividades de extensão ao longo do currículo.
- (C) as atividades de extensão ofertadas pelo curso devem estar previstas, em 50 % dos seus componentes curriculares que compõem a matriz curricular do curso.

- (D) as atividades de extensão só podem ser definidas como eventos e projetos a partir das orientações do NDE do curso.
- (E) não foram definidas quais as atividades de extensão que contemplariam a carga horária definida pelo NDE.

41 Em relação ao Decreto nº 9.057, de 25/05/2017 que regulamenta o artigo 80 da Lei nº 9394/96, avalie se são verdadeiras (V) ou falsas (F) as afirmativas abaixo:

- () A EaD é uma modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação.
- () A modalidade de educação a distância pode ser ofertada na educação básica e na educação superior.
- () Os polos de educação a distância não precisam estar previstos tanto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) quanto nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC).
- () As atividades como as avaliações, os estágios supervisionados, as práticas profissionais e as de laboratórios e defesa de trabalhos são realizadas online.
- () Os polos de educação a distância deverão manter infraestrutura física, tecnológica e de pessoal adequadas aos projetos pedagógicos ou ao desenvolvimento da Instituição de Ensino ou de Curso.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- (A) V, F, F, V e F.
 (B) F, V, F, V e F.
 (C) F, F, V, V e V.
 (D) V, F, V, F e F.
 (E) V, V, F, F e V.

42 De acordo com a Portaria MEC nº 2117 de 6 de dezembro de 2019, a oferta de carga horária na modalidade a distância, na organização pedagógica de seus cursos de graduação presenciais deverá ser até o limite de:

- (A) 40%
 (B) 30%
 (C) 10%
 (D) 25%
 (E) 15%

43 Segundo LANDIM (1987) são, dentre outras, características próprias do educador a distância **EXCETO**:

- (A) dominar técnicas e habilidades para tratar de forma específica os conteúdos (escritos, vídeo, áudio e informáticos), integrados dentro das técnicas do desenho curricular.
- (B) facilitar a possibilidade de que o próprio aluno avalie o seu processo de autoaprendizagem e se desenvolva de forma autônoma.
- (C) dominar técnicas de tutorias sejam presenciais ou a distância com o objetivo de facilitar o aprendizado de seus alunos.
- (D) propiciar ao aluno diferentes técnicas de reorientação para o estudo, recuperação e correção para o alcance dos objetivos propostos.
- (E) manter contatos face a face com o aluno uma vez ou mais vezes por semana para acompanhamento e controle do processo de aprendizagem.

44 Para Demo (2011), a universidade gira, institucionalmente, em torno de dois desafios mais básicos que requerem a “universidade da pesquisa”:

- (A) escutar e reproduzir conhecimentos sacralizados de forma autônoma.
- (B) produzir conhecimento próprio e formar alunos produzindo conhecimento.
- (C) realizar cursos de extensão e direcionar conhecimentos para a sociedade.
- (D) ensinar de forma retórica e manter a garantia do argumento de sua autoridade.
- (E) preservar a sua noção de identidade e valorizar a reprodução do conhecimento.

45 Para Demo (2011), professor autor é aquele que

- (A) ensina na perspectiva do aluno “tábula rasa”.
- (B) transmite conteúdos curriculares com apoio de apostilas.
- (C) é contratado pela IES para dar aula, valorizada sua titulação.
- (D) reproduz o conhecimento através do ensino instrucionista.
- (E) produz conhecimento amparado pela pesquisa.

46 No sistema educacional brasileiro, ainda, existem muitas lacunas teóricas e de entendimento mais geral que têm dificultado a concepção e a realização de boas práticas de formação pela EaD. Dentre essas lacunas perceptíveis, pode-se destacar:

- I no ensino, aprendizagem na perspectiva do estudante.
- II no ensino, a ausência de uma formação docente voltada para a educação a distância.
- III o desconhecimento das tecnologias (materiais didáticos e mídias) e sua aplicação.
- IV A existência da legislação referente à educação a distância bem como sua divulgação.
- V Políticas públicas para EaD no que tange a sua concepção/gerenciamento.

Das afirmativas acima, estão corretas, apenas:

- (A) I, II e III.
- (B) II, III e V.
- (C) I, II e IV.
- (D) II, IV e V.
- (E) I, III e IV.

47 Os tutores à distância devem ter como características:

- I autodisciplina no controle do tempo e do espaço e autonomia.
- II estabelecimento de limites entre a vida profissional, familiar e social.
- III valorização do ócio criativo, consequência das inovações tecnológicas.
- IV dificuldade para a realização de um trabalho mais solitário.

Das afirmativas acima, estão corretas, apenas:

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) I, II e III.
- (D) I, III e IV.
- (E) II, III e IV.

48 Tanto para a educação na modalidade presencial quanto na distância, o aluno continua como centro do processo de ensino aprendizagem e o docente que atua na EaD também tem papel preponderante para o desenvolvimento de uma proposta pedagógica de qualidade.

Assim, como na educação presencial, o que caracteriza o docente é sua função de acompanhar os alunos no processo de aprendizagem, na educação a distância o docente tutor participa do ensino com a função de

- (A) gerenciador das atividades desenvolvidas pelo aluno no ambiente virtual de aprendizagem.
- (B) mediador, motivador com intenso recurso tecnológico para construção do saber de seus alunos.
- (C) desafiador das estruturas de pensamento dos alunos em interação com o meio físico e social.
- (D) selecionador de conteúdos e materiais a serem repassados para os alunos, respeitando o prazo estipulado.
- (E) transmissor de conhecimento culturalmente construídos na sociedade para seus alunos.

49 Para Brandão (2002), são metas indispensáveis para “fazer pesquisa”:

- (A) Neutralidade e flexibilidade
- (B) Autonomia e comparatividade
- (C) Comparatividade e rigor
- (D) Neutralidade e autonomia
- (E) Rigor e flexibilidade

50 “[...]VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País; IX - valorização dos (as) profissionais da educação; X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.”

Estas, dentre outras, são diretrizes contidas na(no):

- (A) Constituição Federal Brasileira de 1988.
- (B) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional -1996.
- (C) Plano Nacional de Educação -2014-2024.
- (D) Declaração de Bolonha -1999.
- (E) Declaração de Salamanca -1994.

51 O Projeto Pedagógico Institucional é o documento que indica os princípios gerais da proposta educativa de uma instituição de Educação Superior, revelando, portanto, seu posicionamento filosófico educacional, que por sua vez, orientará os fins da educação a que se propõe. Um PPI referendado por uma concepção de educação transformadora deve trazer como fundamento uma didática:

- (A) Histórico-crítica.
- (B) Tradicional.
- (C) Tecnicista.
- (D) Cognitivista.
- (E) Humanista.

52 Do ponto de vista de Paulo Freire na sua obra *Pedagogia da Autonomia – saberes necessários à prática educativa*, (1996) ensinar exige rigorosidade metódica, isto significa que a prioridade docente é “trabalhar com os educandos, a rigorosidade metódica com que devem se aproximar dos objetos cognoscíveis”. Assim, avalie se são verdadeiras (V) ou falsas (F) as afirmativas a seguir:

- () A verdadeira aprendizagem transforma os educandos em sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado ao lado do educador, igualmente sujeito do processo.
- () A rigorosidade metódica não é aplicada à “educação bancária”, isto é, não se esgota no ensino de conteúdo que será apenas memorizado pelo educando.
- () O ensino deve propor condições que exijam a presença de educadores e educandos criadores, instigadores, inquietos e rigorosamente curiosos porque os conhecimentos não podem ser simplesmente transferidos.
- () O educador reacionariamente pragmático possibilita aos educandos construir e reconstruir seus conhecimentos numa perspectiva dialógica.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- (A) V, V, F e F.
- (B) F, V, F e V.
- (C) V, F, V e F
- (D) V, V, V e F.
- (E) V, V, F e V.

53 Aprendemos desde que nascemos a partir de situações concretas, que pouco a pouco conseguimos ampliar e generalizar (processo indutivo), e aprendemos também a partir de ideias ou teorias para testá-las depois no concreto (processo dedutivo) “[...] não apenas para nos adaptarmos à realidade, mas sobretudo, para transformar, para nela intervir, recriando-a.”

FREIRE, 1966.

As metodologias, portanto, devem considerar que:

- I A aprendizagem que utiliza como metodologia o questionamento e a experimentação é relevante para uma compreensão mais ampla e profunda da realidade.
- II As metodologias ativas em contexto híbrido unem a vantagem das metodologias indutivas e dedutivas, uma vez que possibilitam experimentar – teorizar – aplicar.
- III A aprendizagem é ativa e significativa quando avançamos em espiral de níveis mais simples para mais complexos de conhecimento e de competência em todas as dimensões da vida.

IV O processo de aprendizagem é igual para todo e qualquer sujeito, independentemente, das questões sociais, econômicas e culturais do contexto em que está inserido.

Das afirmativas acima, estão corretas, apenas:

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) III e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) I, III e IV.

54 Os professores das diferentes áreas da Educação Superior, com exceção da área de Pedagogia, quando ingressam em uma IES, passam por treinamentos sobre os procedimentos organizacionais e outras exigências formais, sem ter recebido nenhuma preparação especial para o trabalho docente. Esta realidade, presente ainda hoje nas IES, desencadeia algumas fragilidades principalmente no que tange ao processo de avaliação da aprendizagem dos alunos.

Isto é possível observar a partir dos depoimentos de alguns professores universitários que revelam a falta de compreensão acerca da finalidade da avaliação, ao afirmarem que o processo avaliativo, **EXCETO**:

- (A) é predominantemente uma estratégia necessária para que eu possa conhecer com exatidão se o meu aluno conseguiu reproduzir o conteúdo que comuniquei em sala de aula.
- (B) consiste em identificar se aluno aprendeu e atingiu os objetivos propostos quando conduzi o programa até o final do período letivo, de forma adequada.
- (C) deve ser conduzido pelo aluno, isto é, um processo de autoavaliação, pois só o indivíduo pode conhecer realmente o resultado de sua experiência.
- (D) envolve tanto os alunos quanto os professores que deverão saber quais as suas dificuldades e os seus progressos.
- (E) mede o desempenho do aluno, a partir de critérios previamente estabelecidos, que só podem ser verificados por meio de provas bem elaboradas.

55 Determinada IES protocolou no Sistema e-MEC a solicitação de reconhecimento do curso de Educação Física, bacharelado, em outubro de 2020 e recebeu a confirmação da visita *in loco* em setembro de 2021. Neste ínterim, o curso alterou a matriz e proposta curricular do curso para adequá-las às exigências contidas na Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física (Resolução CNE/CES nº 6/2018). Diante desta situação, com base na Portaria Normativa nº 19 de 13 de dezembro de 2017, a providência a ser tomada pela IES será:

- (A) Justificar à comissão avaliadora, no ato da visita, as alterações feitas.
- (B) Postar o PPC atualizado até 10 dias antes da visita *in loco*.
- (C) Solicitar o arquivamento do pedido de avaliação.
- (D) Encaminhar ao INEP ofício pleiteando adiamento da visita.
- (E) Realizar um novo protocolo para reconhecimento do curso.

Espaço reservado para rascunho



Espaço reservado para rascunho

Parte IV: PROVA DE REDAÇÃO

Texto 1



Disponível em: <https://www.moisescartuns.com.br/2019/10/servico-publico-2.html>. Acesso em: 19 jan. 2023

Texto 2

Servidor Público: mitos que cercam esses profissionais

O professor e servidor público Alexandre Prado tirou algumas dúvidas sobre o funcionalismo público.

Estabilidade para quê?

A estabilidade tem como objetivo proteger o servidor de pressões e perseguições, que possam fazer com que ele perca o cargo. "A estabilidade, na verdade, não tem por função principal a garantia do servidor público na manutenção do emprego, tem por garantia a estabilidade do funcionamento do serviço público", disse Alexandre Prado.

Funcionário público não trabalha?

O estereótipo vem de uma realidade que não mais existe. "A história do blazer na cadeira, de que servidor público não gosta de trabalhar, de que servidor público é corrupto, vem tudo de acordo com o nosso histórico que era de um serviço público desaparelhado e desqualificado", contou Alexandre. "Então isso começa a sofrer uma transformação a partir dos anos 2000, em que o serviço público passa a ser mais qualificado, porque você tem uma carreira boa, uma remuneração bastante atrativa e começa a qualificar o quadro de funcionários."

Serviço público é cabide de empregos?

Pelo critério de avaliação ser provas e títulos, Alexandre relata que não há uma escolha pela pessoa ou por meio de indicações, como acontece em entrevistas de emprego. "O serviço público tem uma coisa interessante diferente da iniciativa privada que é a impessoalidade. As pessoas são escolhidas por meritocracia, você vai lá e faz uma prova de concurso público, concorre com os demais e quem obtém a melhor colocação dentro do número de vagas vai ser o agente público", contou. O que causa dúvidas nas pessoas são os cargos comissionados, aqueles que podem ser ocupados por qualquer pessoa e que são chamados de "indicações políticas".

Disponível em: <https://folhadirigida.com.br/concursos/noticias/especial-fd/dia-do-servidor-publico>. Acesso em: 19 jan. 2023. Adaptado.



Disponível em: <https://www.camaraformiga.mg.gov.br/dia-28-de-outubro-dia-do-funcionario-publico/>.
Acesso em: 19 jan. 2023.

No Brasil, o serviço público tem sido alvo de muitas queixas e críticas, mas também de reconhecimento, sobretudo, em função do atendimento de excelência observado em algumas áreas. O servidor público, por sua vez, nem sempre corresponde à imagem de alguém efetivamente comprometido com o atendimento da população, ainda que haja uma parcela considerável de servidores conscientes de sua função social.

A partir da leitura dos textos motivadores e de seu conhecimento sobre o assunto, elabore um **texto de opinião** para desenvolver o seguinte tema:

SERVIDOR PÚBLICO: ENTRE DIREITOS E DEVERES

Para defender seu ponto de vista, use argumentos consistentes e bem encadeados.

O texto deverá ser produzido na modalidade culta da língua portuguesa, ter de 20 a 25 linhas e estar legível. (Atenção! Verifique se a redação apresenta, no mínimo, 20 linhas preenchidas, a fim de que seja corrigida.)



Universidade Federal Fluminense

RASCUNHO DA REDAÇÃO
MÍNIMO DE 20 E MÁXIMO DE 25 LINHAS

5

10

15

20

25